

Editorial / Editorial

Eficiência e sustentabilidade: convergências para o desenvolvimento

Efficiency and sustainability: convergences for development

Por Alexandre Maduro-Abreu

*Editor Responsável, Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade
alexmaduro@ig.com.br*

doi:10.18472/ReGIS.v2n2.2016.22026

Pensar em uma empresa sustentável exige obrigatoriamente pensar em uma empresa eficiente. A linha de estudo que investimos atualmente, no âmbito do Centro de Pesquisa em Gestão, Inovação e Sustentabilidade – CPGIS, tem como uma de suas premissas que para conciliar o desempenho organizacional com sustentabilidade é precípuo que a organização seja eficiente para processar os recursos econômicos e ambientais que ela, importa do ambiente e produz para o ambiente.

Uma organização sustentável não se resume à responsabilidade socioambiental. Não há dúvidas que as organizações devam considerar os impactos negativos que podem causar à sociedade e ao meio-ambiente, mas, obrigatoriamente, elas devem ir mais adiante. Elas têm que pensar em novas configurações e desenhos organizacionais, novas práticas de relação com o mercado, sociedade e meio-ambiente. Ser eficiente não é uma condição suficiente, mas é necessária para que estas relações sejam exitosas mutuamente. Estamos falando de ecoeficiência, socioeficiência e socioecoeficiência.

A inovação é o meio pelo qual a organização desloca-se no sentido da eficiência e a tecnologia é preponderante para isso. A configuração dos componentes organizacionais também é importante, mas é a tecnologia que possibilita inovar os componentes e estruturar novos arranjos organizacionais em consonância com as exigências para o desenvolvimento sustentável.

É fundamental aprimorar estudos e pesquisas para desvelar os fatores que são determinantes para que as empresas sejam eficientes. Entretanto, o conceito de eficiência não pode ficar restrito à iniciativa privada, pelo contrário, tem que ser incorporado à gestão pública. Para isso, inicialmente, é necessário rompermos

com a resistência ideológica de uma parte considerável de profissionais, políticos e pesquisadores da área que percebem a eficiência como contrária as funções que o Estado, em nome do desenvolvimento e inclusão sociais, deveria exercer, ou seja, não restringir recursos.

O que é desconhecido por estes que criticam a eficiência como parâmetro essencial para a gestão pública, é a possibilidade de medir a utilização de recursos, considerando a efetividade e/ou eficácia das políticas públicas. Ressalta-se ainda, que o cálculo da eficiência acontece a partir da comparação entre unidades, ou seja, podemos medir a eficiência da política e das ações educacionais entre municípios. Um município é ineficiente na utilização de recursos em comparação a outro, que foi eficiente na utilização dos mesmos recursos.

No senso comum, é a ideia de que “se fez mais, com o que tinha disponível”. Não é necessário falar em diminuir investimento, mais em produzir mais. Além disso, a demonstração para o gestor de quais resultados eram possíveis de atingir com os recursos que ele tinha disponível, serve tanto de parâmetro para orientar sua gestão, quanto para a sociedade cobrá-lo. Principalmente agora com a limitação dos gastos públicos aprovada na PEC 55, será imprescindível que o gestor público utilize os poucos recursos de maneira eficiente.

Tanto do ponto de vista da iniciativa privada, quanto da gestão pública, é necessário amadurecer a discussão sobre o conceito de eficiência, principalmente, na perspectiva do desenvolvimento sustentável. A Revista Gestão, Inovação e Sustentabilidade – ReGIS convidou o professor Carlos Rosano Peña para estimular esta discussão, com o dossiê *Eficiência e Produtividade: Oportunidades para a Sustentabilidade*, que apresenta uma série de 6 artigos, 1 ensaio teórico e uma entrevista sobre o tema.

Desejamos a todos uma ótima leitura, boas festas e um feliz 2017